

- V -

## CONTRIBUIÇÕES PARA UMA POSSÍVEL TEORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E CURRÍCULO

**Cassiana Gardini Franco**

- PPGE - UFSCar - [cassianagardini@yahoo.com.br](mailto:cassianagardini@yahoo.com.br)

**Renata Maria Moschen Nascente**

- PPGE - UFSCar - [rmmnascente@gmail.com](mailto:rmmnascente@gmail.com)

A escola pública tem sido objeto de estudos e pesquisas em diversos campos, e, em especial, no da Educação. Porém, pairam dúvidas sobre a profundidade e a abrangência desses estudos, no que diz respeito às particularidades, necessidades, demandas e funcionamento de nossas escolas de educação básica. Segundo Bertochi, Conti e Nascente (2018), muitas certezas sobre a escola pública estão se desfazendo, assim como muitos discursos, questionamentos e propostas construídos à margem dela e de seus atores estão afetando diretamente suas agendas e as dos sistemas educacionais, realidade que gera um clima de incerteza e ambiguidade que afeta tanto as atividades meio (administração) como nas atividades fim (ensino e aprendizagem). Parece faltar uma sistematização entre as diversas produções sobre a escola como objeto de investigação. Mais especificamente, defendemos a premência de uma teorização da escola pública, que é essencial para que os estudos acadêmicos possam realmente contribuir para compreensões da escola que subsidiem suas práticas.

Assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para essa teorização por meio do estabelecimento de uma possível inter-relação entre a obra clássica de Luiz Pereira, *A escola numa área metropolitana*, publicada em 1967, e outra bastante recente, *Para uma teoria da escola pública no Brasil*, publicada em 2015 pelo Prof. Celestino Alves Silva Junior. Como base para essa proposta, utilizamos textos e discussões que fizeram parte da disciplina Teorização da Escola Pública, do PPGE – UFSCar, da qual participamos no segundo semestre de 2018.

Da análise das duas obras foi possível depreender que, apesar de publicadas com 48 anos de diferença, podem relacionar-se na medida que, do ponto de vista teórico metodológico, Pereira (1967) realizou no final dos anos de 1950 uma pesquisa empírica com aprofundamento e abrangência exemplares, características que Silva Jr. (2015) considera muito rara nas atuais pesquisas relativas às escolas. Entendemos, dessa forma, que a tentativa de estabelecer inter-relações entre os dois textos pode constituir-se em uma contribuição para o embasamento de pesquisas na área. As obras discutidas e analisadas propiciam um profícuo diálogo relativo à escola pública de educação básica, permitindo o entendimento de alguns conceitos e das disparidades e afinidades apresentadas, considerando a distância temporal entre suas produções.

Uma amostra dessas inter-relações é que, ao expor a prevalência da lógica de mercado sobre a administração educacional e escolar, em detrimento ao direito à educação, Silva Jr. (2015) evidencia uma situação já apontada por Pereira (1967). O primeiro explicou a importância de se atentar às divergências dos conceitos de administração e gestão com o risco de associar à gestão feições intrinsecamente democráticas, sendo que o segundo foi capaz de produzir conhecimento crítico sobre a escola tendo restringido-se ao conceito de administração, já que o de gestão adentrou a educação pública muito mais tardiamente, como explica Silva Jr. Segundo esse autor, atrelado ao adjetivo democrática, o termo gestão disfarçou-se, esmaecendo suas verdadeiras feições ligadas ao mercado e à produção. Portanto, ele considera que em uma concepção de administração escolar deve-se ter maiores chances de criar as condições objetivas para a real democratização de nossas escolas. Em Pereira (1967) foi possível encontrar essa mesma linha de pensamento, pois nessa obra também foi evidenciada a responsabilidade da administração escolar na restrição, e, por conseguinte, na ampliação da participação popular em decisões de interesse público.

Nessa linha de pensamento, como fica claro em ambos os autores, entendemos que a democracia brasileira – representativa, tem falhado no que concerne à justiça social, pelo fracasso na garantia de permanência de crianças e jovens nas escolas, uma vez que, aparentemente, o acesso está praticamente universalizado. Um dos caminhos a serem analisados para a compreensão desse fracasso é o currículo, na sua potencialidade de acolhimento e (re)construção de culturas e conhecimentos, tendo a democracia como fio condutor (TORO, 2007). Pereira (1967) já explicitava o fato de os currículos escolares naquela época serem concebidos e praticados de acordo com a lógica de mercado de trabalho vigente.

Além disso, Pereira (1967) e Silva Jr (2015) convergem na visão da escola como instituição pública, parte de um sistema educacional e governamental, que tem sido regida nos últimos 50 anos por forças tradicionais, normativas e mercadológicas, ligadas às lógicas da seletividade e da competitividade, evidenciando e reafirmando a vigência da administração educacional nos moldes de empresa privada em detrimento do direito à educação em uma sociedade estruturada em classes. Pereira (1967) apresentou essa realidade, explicando como a equipe escolar que estudou se via como superior à população atendida. Nesse aspecto Silva Jr. (2015) demonstra uma mudança essencial, que tem se caracterizado pela gradativa desvalorização social e econômica dos(as) professores(as) nas últimas décadas, o que tem resultado na perda de identidade da escola como instituição.

Nos dois autores encontramos evidências de que apesar dos processos de exclusão social, desvalorização de seus profissionais e da sua mercantilização, a escola pública ainda é vista como imprescindível na socialização e difusão de conhecimentos e como caminho para ascensão individual e avanço social. Porém, como aponta Silva Jr. (2015), os sistemas educacionais não comungam dessa valorização, apesar de difundirem discursos que podem levar a crer que assim o fazem. Na verdade, esses sistemas têm desconsiderado os anseios dos diferentes atores escolares, prescindindo de boa parte da produção acadêmica na área de educação, só se utilizando da que lhes convém.

Desse modo, políticas educacionais e legislação servem a propósitos mercadológicos, falseados em uma suposta modernização da educação, baseada nos princípios da eficiência e da eficácia. Por isso, o constante desencontro entre normativas e realidade escolar, causador de conflitos das mais variadas ordens, além da criação de imagens falsas e estereotipadas das escolas públicas e de seus estudantes.

Além disso, ao mesmo tempo que impõem suas normas às escolas, os sistemas produzem um discurso de que são promotores da autonomia, da participação e da democracia. Recentemente, isso tem se concretizado por meio da apologia aos colegiados, tais como os Conselhos Escolares e os Grêmios Estudantis, reconhecidamente essenciais à democracia, mas não suficientes para que ela seja garantida, pois imitam em pequena escala mecanismos de representatividade que não têm sido bem-sucedidos na garantia da democracia em nossos municípios, estados e país.

Apesar desse quadro, admitimos que as escolas dispõem de relativa autonomia, o que as tem deixado no meio do caminho, por exemplo, no que se refere à elaboração de seus Projetos Político Pedagógicos, que, por um lado, tentam atender às normativas

governamentais e por outro buscam contemplar minimamente as demandas específicas de cada escola.

Concluimos, assim, que a democracia, encarnando-se na vida de crianças e jovens por meio do currículo escolar, tem o potencial de mudar nossa realidade social injusta e excludente. Entendemos, dessa forma, que currículo e gestão perpassam-se mutuamente e que esta relação não tem sido suficientemente estudada. Consideramos essa inter-relação fundamental para uma teorização consistente da escola pública, no sentido indicado por Silva Jr. (2015), que caracteriza-se na escola como principal fonte de dados, sendo para isso necessário que o pesquisador adentre-a como observador participante, que foi justamente o trabalho desenvolvido por Pereira (1967), que entre outros aspectos discutidos neste texto, tem permitido uma inter-relação entre as duas obras.

## REFERÊNCIAS

BERTOCHI, P. R. T.; CONTI, C. L. A.; NASCENTE, R. M. M. Gestão e currículo: desafio para uma educação democrática. In: CONTI, C. L. A.; LIMA, E. F.; NASCENTE, R. M. M. **O Currículo e a Gestão em Foco**. São Carlos: EdUFSCar, 2018. Cap. 3, p. 37- 50.

PEREIRA, L. **A escola numa área metropolitana**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

SILVA JR., C. A. **Para uma teoria da escola pública no Brasil**. Marília: M3T Edições e Treinamento, 2015.

TORO, J. B. **Educación para la democracia**. 2007. Disponível em: <<http://funredes.org/funredes/html/castellano/publicaciones/educdemo.html>>. Acesso em: 27 out. 2018.